

**TEORIA DOS PROTÓTIPOS, CATEGORIA E SENTIDO LEXICAL
PRIMEIRA PARTE**

Paulo Henrique Duque (FAA)

RESUMO

Este trabalho aborda o problema da "categorização", ou seja, a forma com a qual organizamos nossa experiência, através da *Teoria dos Protótipos*. Para tanto, tem dois objetivos: primeiro, apresentar uma revisão crítica da evolução dos estudos acerca da *categorização*, desde a abordagem clássica até a da Teoria dos Protótipos e, segundo, estabelecer as diferenças entre dois momentos desta teoria: a *versão padrão*, que vê o protótipo como o exemplar mais idôneo de uma categoria e a *versão ampliada* que, na verdade, não é uma evolução, mas sim uma ruptura, pois abandona a noção de protótipo e adota a de *graus de prototipicidade*.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Cognitiva, Categorização, Teoria dos Protótipos

INTRODUÇÃO

A Linguística Cognitiva surgiu nos finais da década de 70 e princípios da de 80 e se institucionalizou em 1990. Por um lado, foi impulsionada pelo interesse em relação ao fenômeno da significação (já evidenciado pelo movimento da Semântica Gerativa) e, por outro, pela investigação psicolinguística de Eleanor Rosch (Rosch 1978; Rosch & Mervis 1975) sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização, com a criação da *International Cognitive Linguistics Association*, da revista *Cognitive Linguistics* (dirigida por Dirk Geeraerts) e da coleção *Cognitive Linguistics Research* (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter). Os representantes principais da Linguística Cognitiva são os norte-americanos (da Califórnia) George Lakoff e Leonard Talmy. Na Europa, no entanto, há importantes trabalhos e centros de investigação, em particular, na Bélgica e na Holanda.

Do ponto de vista da Linguística Cognitiva, a linguagem é meio de conhecimento, em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e estruturas da linguagem são analisadas, não como entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamentos e da experiência cultural, social e individual. São temas de especial interesse da Linguística Cognitiva, os seguintes: os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e

naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da *linguagem-no-uso*, a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais) e as características estruturais da categorização linguística, tais como a prototipicidade, assunto a ser tratado neste artigo.

A seguir, e depois de um breve histórico acerca dos estudos da categorização, acompanhado de alguns dos conceitos fundamentais, enfocaremos especificamente a Teoria dos Protótipos, analisando as suas duas versões: a padrão e a ampliada.

O MODELO CLÁSSICO DE SIGNIFICADO E CATEGORIZAÇÃO

De acordo com o modelo clássico de categorização, o significado das palavras é baseado numa estrutura de atributos necessários e suficientes para se constituir a essência da entidade ou do conceito com os quais associamos a palavra. Tal modelo nos leva a supor que os falantes se referem às entidades, utilizando determinados nomes, por reconhecerem nelas os atributos essenciais que as definem. Esses atributos pertencem ao significado das categorias, na linguagem. Tal maneira de pensar tem fundamento na filosofia de Aristóteles.

Segundo Aristóteles, a essência é o que faz com que alguma coisa seja o que é, ou seja, é a causa imanente da existência dos entes, a qual os limita e individualiza como tais. Dessa forma, a destruição da essência traz consigo também a destruição dos objetos que a comportam. O significado é, neste sentido, algo prévio ou preexistente às palavras, um assunto metafísico, pois tem relação com o fundamento da realidade, ou seja, com a própria essência. Para efeitos do significado próprio ou fundamental de uma categoria, não importam os atributos acidentais, isto é, aqueles que, estando num ente, pertencem a ele apenas, de maneira incerta, sem afetar a sua essência. Um atributo acidental da categoria *homem* seria, por exemplo, *ser calvo*, ao passo que um atributo essencial seria *ser racional*. Uma definição explica e descreve o significado de uma categoria abastece seu esquema intrínseco, sistemático ou constitutivo (J. Rivano, 1970), ou seja, revela as características gerais e específicas que permitem reconhecer um ente e diferenciá-lo de outros. Assim, por exemplo, podemos dizer que algo é um *peixe* porque conhecemos o significado da palavra *peixe*, o que sugere que conheçamos a essência de *peixe*. Em outras palavras, atribuímos uma entidade a uma categoria P,

examinando se as propriedades dessa entidade coincidem com os traços que definem a essência dessa categoria. Nosso conhecimento desse conjunto de traços caracteriza nosso conhecimento do significado de P.

Além disso, Aristóteles distingue signo lingüístico, mente (alma, razão) e realidade representada pelo signo. A linguagem (dimensão do signo) nos permite expressar, através da definição real ou essencial de suas categorias, a essência dos entes (realidade representada), impressa na alma do homem. Neste sentido, Aristóteles introduz uma concepção cognitiva do conhecimento das categorias. Suas idéias sobre a relação entre a linguagem, o significado e a constituição dos entes, a serviço de uma essência, estabelecem também as primeiras noções do que se conhece como *Teoria Clássica do Significado e da Categorização*.

A *Teoria Clássica do Significado e da Categorização* aceita uma série de suposições básicas. Primeiramente, é certo que as categorias se definem em termos de um conjunto de traços necessários e suficientes. De acordo com isto, um ente pertence a uma categoria determinada se, e somente se, exhibe todos e cada um dos traços que a definem; a falta de algum desses traços significaria a sua exclusão automática da categoria. Outro dos pressupostos da teoria clássica é o de que os traços são binários, ou seja, as coisas possuem ou não possuem um traço, pertencem ou não pertencem a uma categoria. Vale dizer, e aqui temos um terceiro pressuposto de que as categorias têm limites bem definidos, pois dividem o universo da denotação em dois grupos de coisas: as que pertencem e as que não pertencem à categoria. Neste sentido, não é possível haver casos ambíguos. Dessa bipolaridade dos traços se deduz um quarto pressuposto clássico: que todos os membros de uma categoria têm o mesmo status. Ora, se os entes [+] pertencem ou [-] não pertencem a uma categoria, não existem graus de pertinência, isto é, não há entes que sejam membros melhores do que outros. A partir do ponto de vista aristotélico, supõe-se que exista uma correlação perfeita entre os atributos dentro da categoria. Se conhecemos a categoria a que uma coisa pertence, percebemos, com certeza, que alguns de seus atributos, condições necessárias e suficientes (doravante CNS) para a pertinência à categoria (*category membership*), co-ocorrem. Estes pressupostos foram assumidos pela fonologia e pela semântica, cujos traços podem ser considerados como universais e abstratos e, dentro de alguns enfoques, inatos. A semântica estruturalista, por sua vez, não assumiu em sua totalidade tais pressupostos clássicos e aceita, em geral, os cinco primeiros. Isto é válido também para a versão da análise componencial, que se apóia no estruturalismo semântico. Uma

das idéias básicas do estruturalismo, em geral, está relacionada com a concepção da linguagem como um sistema autônomo. A semântica estruturalista admite, por exemplo, que os traços do significado de uma entidade lingüística estão relacionados entre si, sistematicamente, o que permite fazer predições acerca de sua classe denotacional. Esta afirmação está em concordância com o quinto pressuposto da semântica clássica sobre a perfeita correlação dos traços na estrutura de uma categoria.

OS COMPONENTES DO SIGNIFICADO

Dentro da perspectiva estrutural, um dos enfoques a respeito do significado e da análise semântica que se encaixa nos pressupostos da teoria clássica é a Análise Componencial (Lyons, 1979). A aplicação deste tipo de análise, na semântica, tem uma larga história na lingüística, na lógica e na filosofia. Esta modalidade de análise é essencial ao método tradicional de definição por gênero e diferença específica. De acordo com o enfoque componencial, a estrutura do significado de uma categoria (p. ex. VACA) se organiza em termos de traços ou componentes necessários e suficientes (essenciais), compartilhados por todos os seus membros. (p. ex. [fêmea], [adulto], [bovino] etc.). Esses traços distinguem uma categoria das outras, dentro de um mesmo campo semântico (p. ex. TOURO, NOVILHO, BEZERRO). É possível fatorizar esses componentes até chegar aos componentes últimos da análise (p. ex. [animal] [humano] [não-humano]). A categorização, atividade através da qual um sujeito pode reconhecer, incluir e excluir um objeto de dentro de uma classe de entidades e organizar a informação léxico-cultural, é representada em termos de traços essenciais, muitas vezes, de caráter analítico, sob a suposição de que reproduzem as distinções do mundo no qual o sujeito se desenvolve (Lyons, 1979; Leher, 1974). A categorização é uma atividade (mental) manifestada na linguagem, que está relacionada com a comunicação e com a compreensão lingüística. Os sujeitos podem se comunicar à medida que compartilhem as mesmas distinções semânticas e as mesmas concepções do mundo. Nesse caso, categorias são unidades homogêneas, com limites claros e recortados, onde se dá uma perfeita correlação entre os componentes. A decisão acerca da pertinência (inclusão ou exclusão) não deverá ser, de nenhum modo, problemática. Segundo esta perspectiva, então, é possível esperar uma descrição bem completa de uma categoria, com uma enumeração organizada dos componentes semânticos comuns, ou seja, dos traços que todos e cada um dos membros de uma categoria compartilham e que são suficientes para

definir a categoria completamente. Porém, alguns enfoques, dentro da semântica componencial, como a versão transformacional, postulam a possibilidade de estabelecer traços universais, válidos para todas as línguas (Katz, 1967, Lyons, 1979).

No entanto, a realidade concreta impõe limites a este método de análise do significado. O mundo, segundo Taylor (1989), apresenta uma grande variabilidade. As categorias são inumeráveis e expansíveis. Lyons (1979) também vê com desconfiança a pretensão da validade universal de certos componentes e põe em dúvida o grau de validade cognitiva, pelo fato de a interpretação e atribuição dos componentes semânticos se basearem na introspecção ou intuição do lingüista e em seus próprios julgamentos culturais. Contudo, a Análise Componencial, em geral, não pretende dar conta de casos que se distanciam do modelo idealizado de uma categoria estruturada em função de traços semânticos compartilhados, essenciais, necessários e suficientes. Ocorre isto com categorias como MÃE, que o desenvolvimento científico-tecnológico e as mudanças sociais têm feito cada vez mais complicadas, dificultando a decisão da pertinência, que não pode atender às condições clássicas. Assim, nem todas as entidades que os usuários da língua dominam compartilham um mesmo conjunto de traços, a não ser que as analisemos, utilizando modelos diversos ou conjugando modelos (Lakoff, 1987).

Por outro lado, a Análise Componencial não é um método fundado numa teoria semântica de interesse cognitivo. Sua aplicação não responde à pretensão de realizar uma descrição da maneira como os falantes comuns e correntes categorizam entidades no mundo e organizam informação lingüística e metalingüística. A teoria semântica clássica, cujos pressupostos sustentam grande parte da metodologia componencial, não é, como assinala Lakoff (1987), uma teoria de como a mente faz com que o mundo tenha sentido, mas sim, uma teoria acerca de como são as coisas no mundo. De fato, a Análise Componencial do significado tem utilidade etnolingüística e sua aplicação, neste sentido, está sustentada na idéia de que existe uma conexão estrutural entre língua e cultura, de modo que tal análise de componentes esteja orientada a estabelecer os modelos semânticos ideais e fixados culturalmente, opondo-se, como componentes, os aspectos funcionais, assim como também os juízos, pressupostos e pré-juízos sociais dos falantes de uma língua. Estes se consideram secundários, derivados, acidentais, subjetivos, extralingüísticos, extra-sistêmicos, ou seja, não-estruturais. Os componentes semânticos centrais e básicos da categoria MÃE, por exemplo, são estritamente biológicos. Os critérios

de categorização respondem a um modelo genético literal, em que a criação e a nutrição ficam fora e são interessantes apenas como fontes de derivação metafórica (mãe natureza, mãe dos aflitos etc.). Os pressupostos semânticos em que é sustentada a análise componencial limitam assim, não só o tipo de traços e sua forma de organização, mas também a quantidade de modelos ou estruturas categoriais que permitem dar sentido à experiência. A partir do enfoque cognitivo, é possível incluir também outros aspectos na descrição categorial ou estabelecer modelos alternativos que revelem informações importantes acerca da conceituação das categorias.

Frente ao ponto de vista estrutural do significado das categorias da linguagem, a semântica cognitiva adota uma perspectiva mais ampla e flexível acerca do problema. Aceita, por exemplo, que as pessoas entendem o mundo mediante modelos diferentes de categorização e, ainda que algumas entidades possam efetivamente ser compreendidas através de modelos idealizados, permitem incluir, na descrição, além dos traços ideais, outros modelos possíveis de categorização ou partes deles e, assim mesmo, considerar tudo que as pessoas conhecem acerca das categorias (Lakoff, 1987). Isto transforma os modelos idealizados da semântica tradicional – e inclusive os da pragmática formal, em estruturas abertas e sujeitas a variações em sua classe denotacional com um centro cognitivo que observa uma relação de estabilidade e que produz nas pessoas um conhecimento mais ou menos uniforme, que lhes permite controlar e organizar, de alguma maneira, a variedade sem limite da experiência.

Em vez de considerar as categorias como estruturas estáveis e claramente definidas, a Teoria dos Protótipos (doravante TP) as concebe como estruturas de atributos (traços) graduáveis e com limites difusos (*Fuzzy categories, fuzzy features*; Taylor, 1989). Os graus de relevância dos atributos, dentro das categorias correspondem ao fato de que estas se organizam em torno de um centro cognitivo exemplar, dentro do qual as entidades são ordenadas e também incluídas ou excluídas pelos falantes, produzindo o que se conhece como efeitos de protótipo [*Prototype effects*] (Lakoff, 1987; Taylor, 1989). A concepção da estrutura prototípica das categorias lingüísticas, minuciosamente esboçada no parágrafo anterior, tem fundamentos na Psicologia Cognitiva e na filosofia de Wittgenstein, que antecipa as inadequações do enfoque clássico.

AS SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA

Em suas investigações filosóficas, Ludwig Wittgenstein (1953) sugere que não devemos buscar o significado, mas sim os usos das palavras e orações, que são tão inumeráveis quanto os jogos:

[...] Há inumeráveis gêneros diferentes de emprego de tudo o que chamamos “signos”, “palavras”, “orações”. E esta multiplicidade não é uma coisa fixa, que acontece de uma vez por todas; mas que novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem nascem e outros envelhecem e se esquecem.

Referindo-se à extensão do significado da palavra ou categoria JOGO, chama nossa atenção o fato de que seus diferentes membros não têm nenhum conjunto de traços em comum, mas não há sequer um traço que a multiplicidade de atividades designadas pela palavra compartilhem e sobre que base se decida que seja um jogo ou que não o seja:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, jogos de cartas, jogos de bola, jogos de luta etc. Que há em comum a todos eles? Não diga: Deve haver algo comum a eles ou não os chamaríamos de jogos. Observe se há algo comum a todos eles. Pois se olhar para eles, não verá nada que seja comum a todos, mas perceberá semelhanças, parentescos e, naturalmente, toda uma série de elos. Como foi dito: Não pense, mas sim olhe! [...]. E o resultado deste exame é o seguinte: vemos uma complicada rede de semelhanças que se superpõem e entrecruzam. Semelhanças em grande escala e nos detalhes.

Em lugar de traços comuns, Wittgenstein acredita ver, entre essas múltiplas atividades, uma rede entrecruzada de semelhanças que se denomina *Semelhanças de Família*.

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família” [Familienähnlichkeiten], pois é assim como se superpõem e entrecruzam as diversas semelhanças que ocorrem entre os membros de uma família: estatura, cor dos olhos, andar, temperamento etc. Assim, podemos dizer: *os jogos* compõem uma família.

Há atributos que, tipicamente, associamos com a categoria. Alguns membros apresentam alguns destes atributos, mas não há nenhum que possa ser compartilhado com todos os outros. Inclusive, pode haver membros que não apresentem nenhum atributo em comum com os demais e, por outro lado, os atributos podem ser incluídos em mais de uma categoria, já que os atributos (*semelhanças de família*) não são ‘exclusivos’. Dessa forma, os limites das categorias são difusos:

E é assim como empregamos de fato a palavra jogo. Pois de que modo está fechado o conceito de jogo? Que é ainda um jogo e o que não é? Pode-se indicar um limite? Não se pode traçar um, pois não há nenhum limite. (porém

isso nunca nos incomoda quando usamos a palavra jogo).

Pode-se dizer que o conceito de jogo é um conceito de limites apagados.

A NOÇÃO DE EXEMPLAR PROTOTÍPICO

Se a estrutura das categorias consiste em um conjunto de semelhanças de família e não em traços mínimos essenciais compartilhados e se, como ocorre muitas vezes, as categorias tendem a fundir-se em outras (possuem limites difusos, apagados), o conhecimento de uma categoria não implica que possamos estabelecer, com completa certeza e unanimidade, que membros pertençam ou não a ela. Por isso, a teoria clássica do significado não serve para demonstrar a classe denotacional das categorias, mesmo porque novos membros nascem, enquanto outros envelhecem e morrem. Se as categorias são estruturas difusas e de uma grande variabilidade denotacional, como as aprendemos? Segundo Wittgenstein, isto não ocorre pela aprendizagem de traços abstratos e essenciais, supostamente comuns a todos os membros, mas sim mediante um adestramento sobre a base de exemplares:

Como explicaríamos a alguém o que é um jogo? Acredito que, se descobríssemos um novo jogo, poderíamos acrescentar a descrição: isto, e coisas semelhantes, se chama jogo.

Wittgenstein, fiel ao seu pensamento, não desenvolveu sistematicamente as idéias de *semelhança familiar* e de ensinamentos mediante exemplares. Foram outros que conectaram tais noções com resultados experimentais, dando forma a uma perspectiva semântica alternativa à teoria clássica. As idéias e a certeza de Wittgenstein de que a teoria clássica do significado (e da categorização) é inadequada para prever a classe denotacional das palavras, foram confirmadas empiricamente nos estudos que se originaram na Psicologia Cognitiva, o que favoreceu o surgimento de uma perspectiva mais versátil para o estudo da estrutura das categorias e que poderia cobrir os casos para os quais a semântica clássica, de fundamento aristotélico, resultava inadequada. Trata-se da Semântica Cognitiva.

A TEORIA DOS PROTÓTIPOS

As considerações tecidas mais acima a respeito do caráter difuso e da estrutura, em termos de atributos e semelhanças familiares das categorias lingüísticas, têm validade dentro do enfoque cognitivista. Em con-

traste com o modelo clássico, a Teoria dos Protótipos postula que as categorias não são estruturas homogêneas. De acordo com evidência experimental (Labov, 1973; Rosh, 1973 e 1975; Kempton, 1981 e Taylor, 1989), as categorias exibem melhor uma estrutura prototípica, ou seja, há bons e maus exemplos. Os membros mais representativos, ou seja, aqueles que os falantes primeiro evocam ao escutar ou ver o nome de uma categoria são os membros centrais ou prototípicos (melhores exemplos), em torno dos quais, os demais se organizam. Por exemplo, “caderno” é um membro prototípico da categoria MATERIAL ESCOLAR.

Dado o caráter difuso [*fuzzy*] das categorias, sua aprendizagem e compreensão sobre a base dos protótipos (membros mais centrais das categorias de nível básico) tem utilidade prática, visto que permite aos falantes manter suas categorias o mais distintas possível, fazendo-as assim mais informativas (Taylor, 1989).

Para se distinguir do enfoque clássico da categorização e do significado, a semântica dos protótipos re-empregou a noção de traço ou componente pela de atributo. Enquanto os traços se caracterizam por ser binários e, em conseqüência, por ter o mesmo status analítico, os atributos têm efeito. A existência de membros mais representativos implica que existem atributos mais centrais (prototípicos) que outros.

A idéia de categorias de protótipos se apóia também em evidência experimental. Uma investigação pioneira, que serviu de argumento, não só para a noção de protótipo, mas também para a lingüística cognitiva em geral, é o estudo das cores básicas (Berlin & Kay, *Basic Color Terms*, 1969 e Taylor, 1989). Os resultados contradizem a hipótese estruturalista da arbitrariedade das categorias lingüísticas, assim como a concepção de sua organização em traços essenciais. Segundo o estruturalismo e o enfoque de componentes de significado, a realidade é um *continuum* indiferenciado que a linguagem divide arbitrariamente em unidades discretas. As categorias não têm, então, um fundamento objetivo, com uma base na realidade. A terminologia da cor deveria ser idealmente apta para demonstrar esta idéia, já que cada linguagem divide o contínuo da cor de maneira diversa. O estudo de Berlin e Kay, em 1969, revela, contudo, algo diferente. Embora seja certo que as línguas apresentem uma grande variedade de termos de cor, a evidência experimental assinala que existe um inventário universal de onze cores focais (termos de nível básico), de base cognitivo-perceptual. Assim, contrariamente à visão estruturalista, a divisão e organização do continuum da cor em categorias não se constitui em termos de unidades discretas, mas sim em torno de entidades focais

(mais centrais, mais estáveis). Cada categoria de cor tem uma cor focal, um exemplar central primário, de cuja generalização depende a classe de denotação completa da categoria e cuja existência está determinada por fatores biológicos (o olho humano), cognitivos e, inclusive, ambientais. Assim, as categorias de cor têm centro e periferia e seus membros, em consequência, não têm todos o mesmo *status* (existem roxos melhores, verdes melhores, amarelos melhores etc.), além disso, os exemplares focais permanecem constantes dentro da categoria, independente da quantidade de termos de cor, ou seja, independentemente do fato de estarem ou não lexicalizadas, na língua, outras cores. As categorias de cor não formam, portanto, um sistema no sentido saussuriano (Taylor, 1989).

A Teoria dos Protótipos é, de certo modo, uma generalização das conclusões acerca da categorização da cor. Os protótipos são considerados tipos de categorias focais. Embora não se possa sustentar que todas as categorias têm, como as de cor, uma base biológica, pode-se sustentar, em geral, que as categorias se estruturam em torno de um centro cognitivo, seja perceptivo ou conceptual, até que os falantes julguem e meçam sua classe denotacional e aplicação. As entidades e os atributos, dentro de uma categoria, se ordenam com diferenças de graus a partir da projeção desses focos cognitivos. Os membros mais distantes do centro serão casos limites que podem, inclusive, fazer parte de outras categorias.

A Teoria dos Protótipos introduz, assim, uma metodologia alternativa de análise e apresentação da estrutura do significado. Uma descrição categorial deve considerar, como fonte dos atributos a incluir, tanto os bons e os maus exemplos, quanto os membros marginais (de pertinência duvidosa). Com esta informação é possível construir o mapa categorial, que deve apresentar os atributos em ordem de representatividade. Os dados necessários para desenhar o mapa de uma categoria se obtêm do falante, como resultado de diversas tarefas experimentais e rejeitam as taxonomias científicas, porque não constituem uma representação adequada do modo como as pessoas organizam e entendem a realidade. O enfoque é cognitivo, não só porque apela à competência lexical e pragmática do usuário de uma língua, mas particularmente, porque parte do pressuposto de que a organização da categoria na mente do falante, em torno de exemplos representativos, determina seu rendimento nas tarefas experimentais, assim como a compreensão lingüística e o modo em que estrutura sua experiência na vida cotidiana. Um mapa categorial acompanha e representa a descrição prototípica de uma categoria.

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)